

ORIENTAÇÃO DE ANÁFORAS NULAS E PRONOMINAIS PARA SUJEITOS E TÓPICOS NO PB

*Eduardo Kenedy (UFF)
Carla Mota (PIBIC/FAPERJ)*

ABSTRACT

This paper aims to present and discuss some results of an experimental research on the orientation of null and pronominal anaphora in Brazilian Portuguese (BP). A speeded judgment task was applied to 60 BP's native speakers. The goal of this experiment was to test the hypothesis according to which the grammar underlying Brazilian speakers' performance should be characterized as discourse-oriented I-language, as predicted by many studies on BP's topicalization structures, since Pontes (1987) to Kato (2006) and throughout the Brazilian linguistic literature.

KEYWORDS: topicalization, Brazilian Portuguese, experimental psycholinguistics speeded judgment task.

RESUMO

O artigo apresenta e discute os resultados de uma pesquisa experimental acerca da orientação de anáforas nulas e pronominais para referentes em posição sintática de sujeito ou de tópico. Um experimento de julgamento imediato de gramaticalidade, aplicado com 60 participantes, falantes nativos do português brasileiro, testou a hipótese de que língua-I desses sujeitos possa ser caracterizada como uma língua orientada para o discurso, com proeminência de tópicos, tal como preveem estudos como o de Pontes (1987), Kato (2006), dentre outros.

PALAVRAS-CHAVE: topicalização, português do Brasil, psicolinguística experimental, julgamento imediato de gramaticalidade.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta e discute os resultados preliminares de uma pesquisa experimental acerca da orientação de anáforas de referentes nominais em posição sintática de sujeito ou de tópico no português brasileiro (PB). A primeira versão do presente trabalho foi apresentada no II Workshop em Processamento Anafórico, realizado em maio/junho de 2012 na Universidade Federal do Ceará. Na versão atual, divulgamos novos dados – que foram obtidos a partir das ricas sugestões que recebemos em Fortaleza.¹

Nosso estudo sobre a orientação de anáforas insere-se num projeto de pesquisa experimental mais abrangente, que se dedica ao processamento cognitivo das estruturas sintáticas “*tópico > comentário*” e “*sujeito > predicado*” no PB. Conforme aqui discutiremos, diversos estudos produzidos na linguística brasileira ao longo dos últimos 25 anos sustentam que o PB deve ser caracterizado como uma língua orientada para o discurso, com proeminência de tópicos (cf., dentre outros, PONTES, 1987; NEGRÃO, 1990; GALVES, 1998, 2001; ORSINI, 2003; KATO, 1989, 2006). É com base nessa hipótese que se torna possível fazer certas previsões acerca do comportamento linguístico típico esperado de um falante brasileiro. Assumindo que o PB seja uma língua de tópico, tal falante deverá comportar-se de maneira mais próxima à de um falante do chinês, que é incontestavelmente uma língua orientada para o discurso, do que à de um falante do português europeu (PE) ou do inglês, línguas tradicionalmente descritas como orientadas para a sentença, com proeminência de sujeitos. Pois bem, nosso projeto de pesquisa visa precisamente testar essas previsões, lançando mão de diferentes paradigmas experimentais que põem à prova empírica a hipótese de que o PB seja uma língua orientada para o discurso, com proeminência de tópicos.

No que se refere especificamente ao fenômeno da correferência anafórica, as previsões de um modelo que descreve o PB como língua de tópico são claras. Devemos esperar que em PB anáforas nulas e pronominais sejam igualmente orientadas para o tópico do discurso, e não para o sujeito da sentença, conforme é o padrão identificado desde Li e Thompson (1976) para línguas com tipologia sintática semelhante à do chinês. A identificação de um padrão comportamental diferente desse – caso, por exemplo, os falantes do PB discriminem o tipo de anáfora (se nula ou pronominal) a ser orientada especialmente para o sujeito, por oposição ao tipo de anáfora orientada para o tópico –, então a hipótese de que o PB seja uma língua com proeminência de tópicos será enfraquecida empiricamente, já que a discriminação entre anáforas de sujeito e de tópico é o padrão identificado para línguas voltadas para sentença, com proeminência de sujeitos, tais como o PE e o inglês. Nosso projeto de pesquisa pôs em teste essas previsões. Formulamos um experimento de *juízo imediato de gramaticalidade* para detectar a preferência de falantes brasileiros quanto à orientação de anáforas nulas e pronominais para sujeitos ou para tópicos.

Uma pesquisa experimental como a nossa possui um pressuposto epistemológico fundamental: o desempenho linguístico registrado em experimentos psicolinguísticos deve indicar a natureza da língua-I, no sentido de Chomsky (1986), subjacente a tal comportamento. Assumimos, portanto, que uma língua-I com proeminência de tópicos produzirá reações comportamentais coerentes com essa tipologia linguística. Por contraste, prevemos que uma língua-I com proeminência de sujeitos produzirá reações comportamentais distintas daquelas esperadas para as línguas de tópico.

1. Os autores agradecem ao Prof. Márcio Leitão (UFPB) e à Profa. Elisângela Teixeira (PG – UFC) pelo convite para a participação no II Workshop em Processamento Anafórico. Agradecemos também ao Prof. José Ferrari-Neto (UFPB) e ao Prof. Marcus Maia (UFRJ) pelas críticas e sugestões, apresentadas naquele Workshop, que culminaram na atual versão do trabalho. Nosso projeto de pesquisa sobre a topicalização em PB é apoiado pelo CNPq (processo 474941/2010-8) e pela Faperj (processo E-26/110.531/2010).

Para além desta “introdução” e das “considerações finais”, este artigo está organizado em três seções. Na primeira, apresentaremos as diferentes interpretações teóricas acerca do fenômeno da topicalização em PB. Analisaremos os argumentos formulados em favor da hipótese de que o PB seja uma língua de proeminência de tópico e aqueles formulados contra essa hipótese, segundo os quais a topicalização no PB não assume *status* diferente do que ocorre, por exemplo, nas demais línguas românicas. Na segunda seção, faremos a exposição do conjunto de experimentos que estamos aplicando no tratamento do assunto. O experimento de *juízo imediato de gramaticalidade* sobre a orientação de anáforas para sujeitos e tópicos será apresentado e discutido na terceira seção do artigo. Basicamente, esse experimento verificou se (i) anáforas nulas (categoria vazia) ou pronominais (com pronome lexical de terceira pessoa) são igualmente orientadas para sintagmas nominais em posição de tópico ou (ii) se anáforas nulas e pronominais podem diferenciar-se quanto à preferência da posição sintática de seu referente, se tópico ou sujeito.

1. A TOPICALIZAÇÃO NO PB

A topicalização é um fenômeno sintático-discursivo muito produtivo nas línguas naturais. Ela pode ser caracterizada como o expediente computacional por meio do qual um determinado constituinte – o tópico, que geralmente se encontra isolado do restante da frase por uma pausa entoacional – é posicionado à periferia esquerda de uma sentença, que sobre ele apresenta alguma espécie de comentário.² A topicalização configura a estrutura frasal “*tópico > comentário*”, que se distingue da estrutura sintática “*sujeito > predicado*” por marcar, no tópico, informações prosódicas e discursivas ausentes no constituinte quando não topicalizado.³ Note-se, por exemplo, a saliência discursiva do objeto direto alvo da topicalização em (1) abaixo, por contraste a seu *status* informacional menos marcado em (2), em que se encontra em sua posição canônica no interior da sentença.

(1) Objeto direto topicalizado

Aquele livro, ainda não tive tempo de ler.

(2) Objeto direto em posição canônica, não topicalizada

Ainda não tive tempo de ler *aquele livro*.

Li e Thompson (1976) caracterizaram a topicalização como um fenômeno sintático natural na linguagem humana, o qual apresenta, não obstante, diferentes níveis de profundidade e de produtividade entre as línguas. De acordo com os autores, há dentre as línguas aquelas orientadas para o discurso, tais como o chinês, que devem ser caracterizadas como línguas de proeminência de tópicos, já que sua configuração frasal básica é “*tópico > comentário*”. Por outro lado, línguas como o inglês apresentam a estrutura sintática “*sujeito > predicado*” como o modelo básico de frases, sendo, portanto, caracterizadas como línguas orientadas para a sentença, com proeminência de sujeitos. Nesses dois tipos de língua, a topicalização apresenta comportamento sintático diverso. Por exemplo, nas línguas de tópico não existem restrições para o constituinte que pode ser alvo da topicalização, ao

2. Considerando-se os propósitos deste artigo, não faremos aqui a distinção entre “topicalização” e “deslocamento à esquerda”, proposta por Ross (1967) e assumida na descrição linguística até o presente.

3. A estrutura “*sujeito > predicado*” pode coincidir com a veiculação de informação do tipo “*tópico > comentário*”. Nesses casos, o sujeito é, na ocorrência típica, marcado prosodicamente. Estruturas como essas são particularmente complexas, pois podem dar origem aos chamados duplos sujeitos (como em “Os brasileiros, eles são trabalhadores” ou “Os brasileiros, Ø são trabalhadores”). Considerando-se os propósitos deste artigo, não abordaremos os casos em que tópico e sujeito coincidem, tampouco o fenômeno dos “duplos sujeitos”.

passo que, nas línguas de sujeito, existe grande número dessas restrições. Nas línguas de sujeito, não há codificação morfológica especial para o item que sofre a topicalização, fenômeno existente nas línguas de tópico. Há, de fato, uma grande lista dos fenômenos linguísticos que separam as línguas orientadas para o discurso das orientadas para a sentença.

O português é tradicionalmente interpretado como uma língua orientada para a sentença, com proeminência de sujeitos, caracterizada pela ordem canônica “*sujeito > verbo > objeto > adjuntos*” (SVO) (cf., dentre outros, NEVES, 2000; MATEUS et al., 2003). Não obstante, a topicalização nessa língua apresenta-se como um fenômeno de extrema produtividade, sobretudo ao se considerar a língua oral e espontânea, de interação face a face em ambiente informal (VASCO, 1999, 2006). Segundo Tarallo (1990, p. 149), o português é uma língua SVO, mas manifesta grande flexibilidade de ordenação linear, conhecendo, diferentemente de outras línguas românicas, ordens não canônicas ou marcadas como OSV, VSO, VS etc., que resultam da topicalização. Essa flexibilidade na ordenação linear do português tem chamado a atenção dos estudiosos no curso dos últimos 25 anos. Em particular, o PB vem sendo interpretado como uma modalidade da língua portuguesa em que a topicalização ocorreria com maior produtividade. Diversos estudos, como os de Pontes (1987), Galves (1998, 2001), Decat (1989), Kato (1989, 2006), Callou, Moraes e Leite (1993), Vasco (1999, 2006) e Orsini (2003), têm encontrado, em diferentes *corpora* do PB, construções de tópico características de línguas orientadas para o discurso, assumidamente ausentes ou pouco produtivas em línguas com proeminência de sujeito, como é o caso do PE. Tais evidências têm levado estudiosos brasileiros a levantar a hipótese de que o PB seja uma língua orientada para o discurso, com proeminência de tópico (PONTES, 1987; NEGRÃO, 1990; GALVES, 2001; ORSINI, 2003; KATO, 2006). De acordo com essa hipótese, a configuração frasal básica do PB seria “*tópico > comentário*”, por contraste à ordenação canônica “*sujeito > predicado*” do PE. Para Kato (2006), uma evidência a favor dessa hipótese é o fato de, em PB, ser possível realizar topicalizações recursivas sobre modificadores nominais, tal como se ilustra em (3), algo, segunda a autora, impossível no PE.

- (3) a. O pneu do carro da Maria furou-se.
- b. O carro da Maria furou o pneu.
- c. O carro da Maria, o pneu furou.
- d. A Maria, o carro furou o pneu.
- e. A Maria, o carro, o pneu furou.

Em (3a) temos a configuração básica “*sujeito > predicado*” à qual se seguem diversas possibilidades de topicalização, com sucessivas estruturas “*tópico > comentário*”. Em (3d) e (3e) ocorrem topicalizações radicais, que, segundo Kato (2006), são típicas de língua de proeminência de tópico. De acordo com a hipótese da autora, enquanto o PE conheceria apenas (3a) e ignoraria as demais construções, a situação do PB seria exatamente inversa: (3a) inexistiria no vernáculo brasileiro, que conheceria (3b-e).

Na interpretação do *status* da topicalização em PB, Duarte (1996) e Kenedy (2002) são vozes dissonantes. Para os autores, as topicalizações encontradas em certos *corpora* do PB são igualmente visíveis em dados do PE e também das demais línguas românicas. Defendem eles que os diferentes tipos de topicalização existentes em PB são, na verdade, um fenômeno característico do discurso oral e espontâneo em qualquer língua natural, diferentemente do que ocorre nas verdadeiras línguas de tópico, que, dentre outras coisas, possuem uma morfossintaxe especial para a topicalização. Para sustentar esse argumento, Duarte (1996, p. 353) retirou de diversos *corpora* de fala casual do PE, do

francês e do italiano inúmeros casos de topicalizações de modificadores nominais e de topicalizações recursivas idênticos aos encontrados em PB. Para a autora, a chave para distinguir línguas de tópicos e línguas de sujeito não deve ser a quantidade ou a profundidade da ocorrência de topicalizações em um dado *corpus*, mas, sim, o inventário das propriedades morfossintáticas da língua. Segundo Duarte (1996, p. 355), as línguas de tópico (i) são verbo-finais; (ii) codificam morfossintaticamente o tópico (mas não o sujeito); (iii) não dispõem de expletivos; (iv) não possuem ou possuem escassamente passivas; (v) **possuem anáforas pronominais e nulas orientadas para o tópico (mas não para o sujeito)**; (vi) não fazem restrições gramaticais para o constituinte que pode figurar como tópico; (vii) dispõem de construções com tópicos múltiplos; e (viii) não apresentam morfologia verbal de concordância. Como o PB parece não possuir quase nenhuma dessas propriedades, a autora chega à conclusão de que interpretá-lo como língua de tópico é um equívoco.

Como se vê, a interpretação tipológica do PB com relação às estruturas de topicalização é ainda controversa. Isso ocorre, segundo entendemos, porque os estudos sobre o tema baseiam-se todos em argumentações puramente conceituais motivadas pela intuição do próprio linguista, como é o caso de Galves (2001) e Kenedy (2002), ou pela análise e interpretação de diferentes *corpora*, como é o caso de Pontes (1987) e Duarte (1996). Entendemos que estudos baseados na intuição do linguista ou em dados retirados de *corpus* podem ser usados infinitamente para sustentar ou rejeitar qualquer hipótese teórica sobre uma língua. Com efeito, intuições linguísticas são indefinidamente variáveis de indivíduo a indivíduo e só podem ser utilizadas como argumento sério quando submetidas a rigorosos controles de variáveis e a confiáveis testes estatísticos de variância. Análises de *corpora*, por sua vez, possuem limitado poder explanatório, uma vez que seus resultados podem ser fortemente enviesados pelo perfil sociocultural dos sujeitos falantes e/ou pelo gênero textual característico do *corpus* em análise. Isso quer dizer que *corpora* com perfis socioculturais e gêneros textuais muito diferentes normalmente apresentarão dados distintos, mesmo em relação a um único fenômeno gramatical como a topicalização.

2. PESQUISA EXPERIMENTAL EM DESENVOLVIMENTO

Diante das limitações de análises intuitivas ou baseadas somente em *corpora*, Kenedy (2009) apontou a necessidade de abordar a problemática da topicalização no PB sob a perspectiva da psicolinguística experimental. Segundo o autor, experimentos formulados para capturar a realidade psicológica da topicalização poderão verificar se no processamento cognitivo da informação linguística brasileiros apresentam reações diferentes às estruturas “*tópico > comentário*” e “*sujeito > predicado*”, manifestando preferência natural por uma delas. Assumimos que o recurso à pesquisa experimental poderá trazer importantes contribuições sobre a pesquisa tipológica do PB. A metodologia experimental permite (i) o controle objetivo das variáveis gramaticais atuantes no estímulo linguístico, (ii) o controle do perfil sociocultural dos sujeitos participantes do experimento, (iii) o controle do gênero textual utilizado nos estímulos e (iv) o tratamento estatístico dos dados obtidos a partir do comportamento dos participantes. Com a conjugação desses fatores controlados, torna-se possível formular generalizações mais confiáveis sobre a língua-I subjacente ao comportamento linguístico dos seres humanos.

Nosso projeto de pesquisa experimental sobre a topicalização em PB compreende diversos paradigmas de experimentação *on-line* e *off-line* úteis no estudo da compreensão da linguagem, tais como a leitura automonitorada (*self-paced reading*) (cf. KENEDY, 2011), a audição automonitorada (*self-*

paced listening) (cf. KENEDY, *a sair*), a ativação e a reativação de itens (*priming*), o rastreamento ocular (*eye-tracking*) e o julgamento imediato de gramaticalidade (*speeded judgment task*) – este último, objeto do presente artigo. Essas técnicas são capazes de registrar, por exemplo, medidas como o tempo de reação a estímulos linguísticos, a aceitabilidade de estruturas sintáticas e o índice de erros/acertos em tarefas de compreensão elicitadas durante ou imediatamente após o curso do processamento cognitivo de estruturas linguísticas. Assumimos que testes dessa natureza possam contribuir na investigação sobre a tipologia sintática do PB, na medida em que são capazes de verificar se as estruturas “*tópico > comentário*” e “*sujeito > predicado*” constituem diferentes objetos para o processamento da informação linguística em brasileiros. Em outras palavras, as medidas *on-line* e *off-line* obtidas nesses experimentos permitirão o cotejo de eventuais assimetrias no processamento de tópicos e de sujeitos, as quais servirão de base para generalizações acerca da competência linguística dos falantes do PB.

Parece natural assumir que as diferenças entre as línguas de tópico e as línguas de sujeito sejam psicologicamente reais, isto é, correspondam a diferentes expedientes cognitivos que derivam e representam, no interior das mentes dos falantes/ouvintes, cada uma dessas estruturas frasais. Com essa assunção, torna-se possível testar experimentalmente a hipótese de que os falantes brasileiros orientem anáforas nulas e pronominais para o tópico do discurso (mas não para o sujeito da sentença) – algo que deve ser verdadeiro caso a hipótese defendida em, dentre outros, Pontes (1987) e Kato (2006) esteja correta. Descreveremos a seguir os resultados de um dos experimentos já realizados em nosso plano de pesquisa. Trata-se de um *julgamento imediato de gramaticalidade*, que confronta o processamento cognitivo de estímulos com tópicos e de estímulos com sujeitos.

3. EXPERIMENTO DE JULGAMENTO IMEDIATO DE GRAMATICALIDADE

Nesse paradigma experimental, os participantes do experimento são levados a ler um conjunto de frases na tela de um computador. Após a leitura de cada frase, são imediatamente instados a emitir um julgamento sobre a frase lida, considerando-a *aceitável* ou *inaceitável*. Trata-se de um experimento *off-line* que permite o registro da reação dos participantes da tarefa a determinados estímulos, tanto em termos da aceitabilidade de uma estrutura, quanto em relação ao tempo consumido para julgá-la. Esse tipo de experimento é bastante útil para a investigação acerca da topicalização em PB porque nos permite verificar a existência na língua de algum padrão na retomada anafórica de constituintes em posição de sujeito e de tópico. Sabemos, desde Li e Thompson (1976) e como indicado por Duarte (1996), que línguas com proeminência de tópicos orientam anáforas pronominais e nulas para o referente em posição de tópico, distinguindo-se assim das línguas com proeminência de sujeito, as quais discriminam a categoria da anáfora (se nula ou pronominal) orientada para o referente na posição de sujeito, da orientada para o constituinte na posição de tópico. Nesse sentido, um experimento de *julgamento imediato de gramaticalidade* presta-se a verificar se os brasileiros orientam anáforas indiscriminadamente para referentes em posição de tópico, tal como acontece em línguas orientadas para o discurso, ou se, conforme se dá em línguas orientadas para sentença, separam a categoria da anáfora que retoma o sujeito da que retoma o tópico.

Pesquisas experimentais sobre a topicalização são raras. As dedicadas ao fenômeno em língua portuguesa praticamente inexistem. O estudo de Maia (1997), apesar de não ter sido dedicado especialmente à topicalização, é uma grata exceção. O autor constatou, em experimentos de *priming*, que, em PB, categorias vazias presentes em orações encaixadas são naturalmente vinculadas ao tópico

da frase, enquanto pronomes resumptivos são sistematicamente associados ao sujeito da oração principal. Ou seja, Maia (1997: 59) registrou que os brasileiros preferem (4a) a (4b), mas (5b) a (5a).

- (4) a. Aquela aluna_i, o diretor disse que o professor tinha reprovado \emptyset_i .
b. Aquela aluna_i, o diretor disse que o professor tinha reprovado ela_i.
- (5) a. Aquela aluna_i disse que o professor tinha reprovado \emptyset_i .
b. Aquela aluna_i disse que o professor tinha reprovado ela_i.

O objetivo do presente experimento é retomar os indicativos de Maia (1997) e verificar como se dão os julgamentos manifestados por falantes do PB em relação a anáforas nulas e pronominais, que retomam constituintes em posição de tópico e de sujeito.

3.1. DESIGN EXPERIMENTAL

Criamos um desenho experimental que apresentava aos participantes (i) anáforas nulas associadas a um referente em posição de sujeito, (ii) anáforas pronominais associadas a um referente em posição de sujeito, (iii) anáforas nulas associadas a um referente em posição de tópico e (iv) anáforas pronominais associadas a um referente em posição de tópico. A tarefa dos participantes era tão somente identificar, pressionando uma tecla destacada no computador, se consideravam cada uma dessas configurações como *aceitável* ou *inaceitável*.

3.2. Hipóteses

Com base nesse desenho experimental simples, as hipóteses da pesquisa impõem-se naturalmente. Assumindo-se que a língua-I subjacente ao comportamento linguístico dos brasileiros seja uma língua orientada para o discurso, com proeminência de tópicos, devemos esperar que anáforas nulas e anáforas pronominais sejam julgadas mais aceitáveis quando orientadas para o tópico do discurso, pois tal é o comportamento tipicamente identificado em línguas como o chinês. Complementarmente, anáforas nulas e pronominais devem ser menos aceitáveis quando orientadas para o sujeito da sentença, já que línguas de tópico tipicamente não orientam anáforas para o sujeito, e sim para o tópico discursivo.

De maneira oposta a essa hipótese, podemos esperar que, caso os falantes do PB comportem-se como usuários de línguas orientadas para a sentença, com proeminência de sujeitos, as anáforas orientadas para o sujeito apresentem padrões distintos das orientadas para o tópico, no sentido de que anáforas nulas ou pronominais sejam mais aceitáveis quando orientadas ou para o sujeito ou para o tópico, apresentando-se numa espécie de distribuição complementar.

3.3. Variáveis e condições

No experimento, foram selecionadas como variáveis independentes a posição do referente e a categoria da anáfora. Trata-se de um desenho experimental 2x2 do qual resultam as quatro condições experimentais ilustradas a seguir.

(6) Condições experimentais

- (a) referente em posição de sujeito, retomada com anáfora nula (Szero)
“[Aquela secretária de vermelho]_i disse que o diretor demitiu Ø_i”
- (b) referente em posição de sujeito, retomada com anáfora pronominal (Spro)
“[Aquela secretária de vermelho]_i disse que o diretor demitiu ela_i”
- (c) referente em posição de tópico, retomada com anáfora nula (Tzero)
“[Aquela secretária de vermelho]_i, o diretor disse que demitiu Ø_i”
- (d) referente em posição de tópico, retomada com anáfora pronominal (Tpro).
“[Aquela secretária de vermelho]_i, o diretor disse que demitiu ela_i”

As variáveis tomadas como dependentes no experimento foram o tipo de julgamento emitido pelos participantes (*aceitável x inaceitável*) relativamente a cada condição, bem como o tempo despendido em cada julgamento.

3.4. Participantes

Participaram do experimento 60 sujeitos, divididos conforme sua faixa de escolarização (20 com nível fundamental completo, 20 com nível médio completo e 20 com nível superior completo). Essa caracterização por nível escolar é irrelevante para o presente artigo, porém é conveniente indicar que analisaremos, futuramente, os resultados do experimento assumindo a escolaridade como uma variável independente. A motivação para isso é verificar se o comportamento dos participantes pode ser influenciado pelo efeito da escolarização, no sentido de que falantes menos escolarizados possam ser menos sensíveis à padronização da estrutura frasal “*sujeito > predicado*” preconizada no ensino da modalidade escrita da língua.

Os sujeitos de nível fundamental e médio foram selecionados aleatoriamente entre estudantes da rede pública e privada de ensino do município de Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, em diversas escolas do centro e da região sul da cidade. Os sujeitos com nível superior foram selecionados aleatoriamente dentre os recém-formados da UFF no campus do Gragoatá, em diversas habilitações – exceto Letras. A média de idade dos sujeitos foi de 20 anos.

3.5. Materiais

O experimento foi composto por 16 frases experimentais. Com esse número, foi possível que cada sujeito emitisse 4 julgamentos para cada condição experimental. Além disso, adotou-se a distribuição *within subjects*, com balanceamento de frases no esquema de *quadrado latino*, de forma que todos os sujeitos fossem expostos a todas as condições experimentais sem que lessem as versões Szero, Spro, Tzero e Tpro de um mesmo estímulo. Esse recurso é importante para evitar que o participante tome consciência do tipo de estrutura linguística que lhe está sendo apresentada, fato que poderia

enviesar o tipo de julgamento emitido. Cada frase experimental possuía o total de 20 ou 22 sílabas. As retomadas anafóricas aconteciam sempre no domínio de uma oração encaixada à direita da cláusula matriz. Especificamente, a categoria vazia e o pronome lexical que retomam o sujeito da sentença ou o tópico do discurso ocupam a posição de complemento verbal no verbo da oração encaixada. O referente anafórico possuía invariavelmente o traço [+ humano], realizado na terceira pessoa do singular.

Além das frases experimentais, 32 frases distratoras foram adicionadas aos estímulos. Essas frases não possuíam qualquer relação com a retomada anafórica de sujeito e de tópicos e, assim, cumpriam a função de distrair a atenção do sujeito, de modo a evitar a criação de um padrão de resposta resultante da tomada de consciência das estruturas sob teste. Ao conjunto de frases experimentais e distratoras, adicionou-se também duas frases de controle, as quais não apresentavam retomadas anafóricas na posição de complemento, mas somente sujeitos e tópicos em estruturas frasais com verbos intransitivos, tais como “Aquela secretária de vermelho disse que o diretor morreu” e “Aquela secretária de vermelho, o diretor disse que morreu”. No total, cada sujeito emitiu julgamento sobre 50 frases (16 experimentais, 32 distratoras e 2 controles).

3.6. Procedimentos

Cada sujeito recebeu, individualmente, instruções para a realização do experimento, as quais eram apresentadas oralmente, na interação direta com o experimentador, e também por escrito, ao início da tarefa, na tela do computador. Todos participavam, também, de um pré-teste (treinamento), realizado diante do experimentador, em que ocorriam apenas frases distratoras e que possuía o mesmo *design* do experimento real. Esse pré-teste tinha intenção de confirmar o perfeito entendimento, por parte do sujeito, da tarefa a ser desempenhada. O experimento real só tinha início quando o sujeito demonstrasse ter compreendido completamente a tarefa a que se submeteria. Ao iniciar o experimento real, o sujeito encontrava-se sozinho, sem a interferência do experimentador ou de qualquer outro indivíduo, em uma sala com isolamento acústico necessário para a perfeita concentração na tarefa.

Ao pressionar uma barra amarela, destacada no teclado do computador, uma frase era apresentada ao participante numa tela de 15 polegadas. Na mesma tela, logo acima dessa frase, duas imagens (em forma de desenho humano) eram apresentadas. Tais imagens justificavam o tópico contrastivo e o modificador nominal presentes, respectivamente, nas condições com tópico e com sujeito das frases experimentais. Assim, quando uma frase como “Aquela secretária de vermelho disse que o diretor demitiu ela” ou “Aquela secretária de vermelho, o diretor disse que demitiu” era apresentada ao participante, havia um contexto visual em que duas imagens de secretárias eram exibidas acima das frases. Numa imagem, apresentava-se uma “secretária vestida de vermelho” e, na outra, apresentava-se uma “secretária vestida com outra cor qualquer”. Esse contexto visual apresentava uma referência mínima para que um tópico contrastivo (“aquela secretária, mas não a outra”) e um modificador nominal (“a secretária vestida de vermelho, mas não com outra cor”) pudessem ser licenciados na frase, levando-se em consideração as condições discursivas que motivam as topicalizações e as modificações nominais (cf. ILARI, 1992, e LEVINSON, 2007).

Cada frase juntamente com suas respectivas imagens era apresentada aos participantes pelo tempo de 5 segundos. Após esse tempo, a frase era retirada da tela do computador e uma instrução visual indicava

ao participante que ele deveria julgar a frase que acabara de ser lida como *aceitável* ou *inaceitável*. Para julgar uma frase como *aceitável*, o participante deveria pressionar, o mais rapidamente possível, um botão verde destacada no teclado do computador. Já para julgar uma frase como *inaceitável*, o participante deveria pressionar imediatamente um botão vermelho, também destacado no computador.

Após o julgamento de uma frase, o computador apresentava uma tela em branco (tela de repouso). Para iniciar a leitura da próxima frase (e suas imagens), o participante deveria pressionar novamente uma barra amarela. Todo o procedimento deveria ser repetido até que todas as frases do experimento tivessem sido lidas e julgadas. O experimento foi elaborado e aplicado no *software* Psycope versão X – B46, suportado pelo Sistema Operacional X do computador PowerBook G4 (*laptop* da Apple, Macintosh), tela LCD de 15 polegadas. As palavras foram apresentadas em fonte 25, na cor preta, com fundo branco.

3.7. Resultados

Em relação aos tipos de julgamento, o experimento demonstrou que a condição Szero (retomada de sujeito com anáfora nula) apresentou um percentual bem pequeno de aceitabilidade, com apenas 33% de julgamentos *aceitáveis*. Tal resultado contrasta com os julgamentos de Tzero (retomada de tópico com anáfora nula), que atingiu 92% de aceitação. Essa assimetria entre anáforas de sujeito e de tópico manteve-se quando a anáfora era feita por um pronome lexical. Nesse caso, a condição Spro (retomada de sujeito com anáfora pronominal) atingiu 71% de aceitação, ao passo que Tpro (retomada de tópico com anáfora pronominal) teve aceitabilidade no nível da chance, com 52% de julgamentos *aceitáveis*. O gráfico a seguir ilustra esses resultados. O teste Chi-quadrado indicou diferença significativa entre os percentuais de julgamento de cada condição, com $p < .01$ ($X^2(3, N = 60) = 162,5$).⁴ Ressalte-se que as frases de controle, com verbos intransitivos, – que possuíam sujeitos e tópicos semelhantes às frases experimentais, mas que não apresentavam retomada anafórica – receberam julgamentos *aceitáveis* em 100% dos casos.

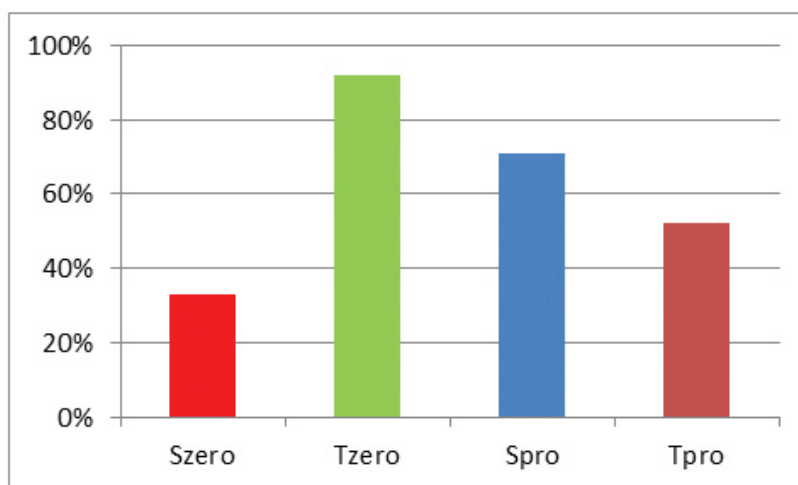


Gráfico 1: percentual de aceitação de cada condição.

4. Os testes estatísticos aplicados nesta pesquisa foram rodados no software Action, que é uma forma de interface gráfica do programa R inserida como suplemento do Excel (Microsoft Office). Action é um programa livre, que pode ser baixado em www.portaction.com.br. Agradecemos ao Prof. José Ferrari-Neto (UFPB) pelo suporte para o uso do *software* e pelas consultorias sobre testes estatísticos.

Quando consideramos a variável dependente *tempo de julgamento*, verificamos novamente uma assimetria entre a percepção das anáforas voltadas para o sujeito e das voltadas para o tópico. Nesse caso, Szero recebeu julgamentos no tempo médio de 1687 milissegundos, por contraste à condição Tzero, que foi julgada mais lentamente, em médios 2019 milissegundos. Já Spro recebeu julgamentos na média de 1502 milissegundos, tempo consideravelmente inferior aos 2398 milissegundos despendidos com o julgamento de Tpro, conforme vemos ilustrado no gráfico que se segue.

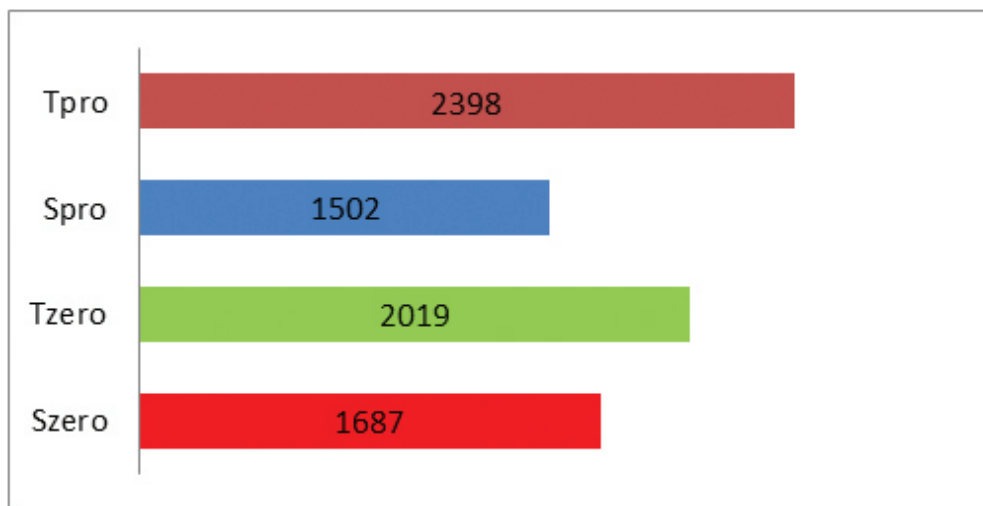


Gráfico 2: tempo de julgamento de cada condição. Resultados em milissegundos.

Essas diferenças foram identificadas como significativas no teste Anova bivariada, identificando-se um efeito principal das variáveis *posição do referente* e *categoria da anáfora* ($F_1(1, 60) = 16,65. p < .05$) - $F_2(1, 4) = 17,64. p < .05$). Não foram encontrados efeitos de interação entre essas variáveis.

Tais achados indicam, de uma maneira geral, que os participantes do experimento preferem que referentes em posição de tópico sejam retomados por uma categoria vazia, enquanto preferem que referentes na posição de sujeito sejam retomados por um pronome lexical. Essa discriminação entre as condições experimentais é também visível nos tempos médios consumidos durante os julgamentos, já que as condições com referentes na posição de tópicos sempre demandam mais tempo de julgamento em relação às condições com referentes na posição de sujeito.

3.8. Discussão

Os resultados desse experimento não podem confirmar as previsões da hipótese de que os falantes do PB possuam uma língua-I orientada para o discurso, com proeminência de tópicos. Muito pelo contrário, o comportamento manifestado pelos participantes brasileiros foi precisamente ao encontro do que esperamos de falantes que tenham construído conhecimento linguístico a partir de uma língua ambiente orientada para a sentença, com proeminência de sujeitos. Isso se torna claro quanto cotejamos os índices de aceitabilidade de cada condição. Quando eram apresentados a referentes em posição de tópico, com retomada feita por uma anáfora nula, os participantes demonstravam alto índice de aceitação (92%), em flagrante contraste com a baixíssima aceitação de referentes em posição de sujeito que eram retomados por anáfora nula (33%). Esse padrão de aceitabilidade

praticamente se invertia quando a retomada era feita por um pronome pleno. No caso, a aceitação de referentes na posição de sujeito com retomada feita por pronome lexical atingiu 77%, ao passo que a aceitação de anáforas pronominais relativas a referentes em posição de tópico não ultrapassou o nível da aleatoriedade. Vemos, portanto, que os participantes discriminam o tipo de anáfora que deve retomar um referente em tópico (anáfora nula) e o tipo de anáfora que deve retomar um referente na posição de sujeito (anáfora pronominal).

É também importante perceber que o tempo médio do julgamento de condições com referente em posição de tópico foi significativamente superior às latências no julgamento das condições com referente em posição de sujeito. Tzero consumiu em média 332 miléssimos de segundos a mais, quando comparado aos julgamentos de Szero. O mesmo padrão ocorre quando cotejamos Tpro a Spro. Tpro consumiu em média 896 milissegundos a mais do que Spro. Tal comportamento, com diferenças significativas, parece coerente com o que se espera de uma língua orientada para a sentença, com proeminência de sujeitos. Afinal, nessas línguas, estruturas com topicalização são consideradas marcadas, já que possuem todas as informações presentes na estrutura não marcada (sem topicalização) e mais uma – o relevo comunicativo dado ao constituinte em tópico. Como estrutura marcada, é natural que essa construção demande mais tempo de processamento (e de julgamento), afinal há nelas mais informações a serem computadas pela mente dos falantes. Isso pode ter influenciado o retardo no julgamento das condições com referente em tópico, já que os participantes possuíam, nessas condições, mais informações cognitivas a processar, o que demandaria naturalmente mais tempo de reação. Tal comportamento não seria esperado numa língua de tópico, na qual a topicalização é a estrutura não marcada.

Em suma, podemos dizer que os resultados desse experimento não confirmam de maneira alguma as previsões decorrentes da hipótese de que o PB seja uma língua de tópico. Acreditamos que a hipótese nula, qual seja, a de que o PB seja, assim como suas línguas irmãs, uma língua orientada para a sentença, permaneça sem refutação empírica aceitável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O experimento apresentado é apenas um dentre diversos outros tipos que estamos aplicando correntemente a respeito da problemática da topicalização no PB. Pretendemos realizar outros tipos de experimentos, inclusive verificando a orientação de anáforas para sujeitos e tópicos em PE e outras línguas classicamente descritas como orientadas para o sujeito ou para o tópico, de modo a formar um ponto de referência para análises dos resultados que estamos obtendo com falantes do PB.

Por enquanto, nossos dados não podem confirmar ou refutar com segurança a hipótese de Pontes (1987) e de todos os estudos que a esse se seguiram. Generalizações mais confiáveis só se tornarão possíveis quando tivermos realizado um número significativo de experimentos com resultados mais conclusivos. Por agora, não obstante, é possível levantar a hipótese de que a topicalização do PB possa representar uma instância daquilo que Naro e Scherre (1993) e Varejão (2006) indicaram acerca da falta de concordância verbo-nominal e Arim, Ramilo e Freitas (2005) e Kenedy (2007) apontaram sobre as relativas cortadoras da língua portuguesa. Segundos esses linguistas, tais fenômenos provavelmente não são inovações do PB, mas, sim, usos regulares da língua entre a população iletrada, no caso da concordância, e entre qualquer falante em situação oral informal, no caso das cortadoras, tanto no Brasil quanto em Portugal. Seriam, então, as chamadas topicalizações “tipicamente brasileiras” também uma ilusão de ótica?

REFERÊNCIAS

- Arim, E.; Ramilo, M.; Freitas, T. (2005). Mudança em curso e os média: o caso das relativas. In: Mateus, M. do; Nascimento, F. (Org.). *A língua portuguesa em mudança*. Lisboa: Caminho.
- Callou, D.; Moraes, J.; Leite, Y. (1993). A topicalização no português do Brasil: sintaxe e prosódia. In: II CONGRESSO DA ASSEL, Rio de Janeiro. *Anais do II Congresso da Assel*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Chomsky, N. (1986). *Knowledge of Language: Its Nature, Origin and Use*. NY: Praeger.
- Decat, M. B. N. (1989). Construções de tópico em português: uma abordagem diacrônica à luz do encaixamento no sistema pronominal. In: Tarallo, Fernando (Org.). *Fotografias sociolingüísticas*. Campinas, SP: Pontes.
- Duarte, I. (1996). A topicalização no português europeu: uma análise comparativa. In: Duarte, I.; Leiria, I. (Org.) *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: APL/Colibri.
- Galves, C. (2001). *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Galves, C. (1998). Tópicos, sujeitos, pronomes e concordância no português brasileiro. *Cadernos de estudos lingüísticos*, Unicamp, Campinas, n. 34.
- Ilari, R. (1992). *A Perspectiva Funcional da Frase Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp.
- Kato, M. (2006). Comparando o Português da América com o Português de Portugal e com outras línguas. Museu da Língua Portuguesa. Disponível em: <http://www.museudalinguaportuguesa.org.br/colunas_interna.php?id_coluna=13>.
- Kato, M. A. (1989). Tópico e sujeito: duas categorias na sintaxe? *Cadernos de estudos lingüísticos*, Unicamp-IEL, Campinas, n.17.
- Kenedy, E. (a sair). Tópicos e sujeitos no PB: experimento com *input* oral.
- Kenedy, E. (2011). Tópicos e sujeitos no PB: uma abordagem experimental. *Revista da Anpoll*, v. 31. pp. 69-88.
- Kenedy, E. (2009). Por uma pesquisa em “sintaxe experimental” sobre a topicalização no português do Brasil. In: XV CONGRESSO DA ASSEL, Rio de Janeiro. *Anais do XV Congresso da Assel – Linguagens em diálogo: pesquisa e ensino na área de Letras*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- Kenedy, E. (2007). *A hipótese da antinaturalidade de pied-piping em orações relativas*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Kenedy, E. (2002). *Aspectos estruturais da relativização em português: uma análise baseada no modelo raising*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.

- Levinson, S. (2007). *Pragmática*. São Paulo: Martins Fontes.
- Li, C. N.; Thompson, S. A. (1976). Subject and topic: a new typology of language. In: Li, C. N. (Org.). *Subject and topic*. New York: Academic Press Inc.
- Maia, M. (1997). A compreensão da anáfora de objeto no português do Brasil. *Palavra*, nº 4, pp. 58-76, PUC-Rio.
- Mateus, M. M. et al. (2003). *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Naro, A.; Scherre, M. (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *D.E.L.T.A.*, v. 9, p. 437-54.
- Negrão, E. V. (1990). *O português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo (USP), São Paulo.
- Neves, M. H. M. (2000). *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp.
- Orsini, M. T. (2003). *As construções de tópico no português do Brasil: uma análise sintático-discursiva e prosódica*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Pontes, E. (1987). *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- Ross, J. (1967). *Constraints on variables in syntax*. Cambridge: MIT Press.
- Tarallo, F. (1990). *Tempos lingüísticos: itinerário histórico da língua portuguesa*. São Paulo: Ática.
- Varejão, F. (2006). *Variação em estruturas de concordância verbal e em estratégias de relativização no português europeu popular*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Vasco, S. L. (2006). *Construções de tópico na fala popular*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro.
- Vasco, S. L. (1999). *Construções de tópico no português: as falas brasileira e portuguesa*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro. coincidem, tampouco o fenômeno dos “duplos sujeitos”.